

SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



PREVIMINAS CONSTANTE DOR DE CABEÇA



Depois de forçar os participantes a mudarem de plano, a Previminas e Copasa mantém uma taxa de administração no limite da agiotagem. **PÁGINA 3**



Sindicato fará desfiliação da Federação de Urbanitários

A Diretoria Plena do SINDÁGUA, em reunião nos dias 8 e 9 de novembro, decidiu medidas a serem tomadas imediatamente, a grande maioria delas para ampliar o processo de mobilização da categoria já visando as negociações do Acordo Coletivo 2011.

A Plena decidiu ainda estratégias de organização do Sindicato, fortalecendo a unidade junto às entidades que somam conosco nos processos de mobilização, como vem acontecendo sistematicamente com o Senge, Saemg, FNU.

Entre as decisões da Plena do SINDÁGUA, destacamos:

- * Promover a desfiliação do SINDÁGUA da Federação dos Urbanitários de Minas Gerais, entendendo que esta entidade não soma com nossas lutas, chegando até a interferir negativamente em nossa organização;

- * Reativar as reuniões itinerantes da diretoria plena, aproximando a direção do sindicato com toda a base;

- * Cobrar resultados imediatos das comissões de estudo específico (como GADVI, PCS), para subsidiar negociações coletivas com a empresa;

- * Apoiar movimento dos associados da AECO, promovendo o abaixo-assinado que cobra reforma estatutária e eleição direta na Associação;



- * Definição dos dirigentes que ficam liberados para o Sindicato;

- * Fomentar a discussão e decisão sobre a fusão dos planos de saúde de baixo e alto risco, garantido o equilíbrio da Copass Saúde e pleno atendimento aos participantes;

- * Convocar imediatamente Assembleias dos trabalhadores em todo o Estado para tirar posição de luta para garantir o direito ao auxílio-doença, após as mudanças de plano da Previminas;

Confira nas páginas internas matérias sobre estas questões.

Terceirização é sucateamento

Trabalhadores em todo o Estado dão seu depoimento de extrema precariedade estrutural dentro da Copasa, sendo obrigados a se desdobrarem em horas extras e utilizando instrumentos de trabalho inadequados. Há extrema necessidade da contratação de pessoal pela Copasa, que tem aprovados em concurso público para preencher as inúmeras vagas abertas, sobretudo no interior do estado. **Página 3**

Assembleia Geral

Manutenção do direito ao auxílio-doença para afastados
Dias 25 e 26/nov (no interior) e dia 29/nov em Belo Horizonte

COPASS esclarece reajuste

O SINDÁGUA procurou esclarecimento à direção do COPASS sobre as dúvidas geradas junto aos participantes quanto ao reajuste aplicado nas contribuições.

Por um erro na correspondência emitida pela COPASS SAÚDE, os participantes foram levados a pensar que as mensalidades estariam sendo reajustadas em 15,73%. Na verdade, o reajuste foi aplicado sobre o percentual que serve de base para calcular as mensalidades.. Os participantes ativos, em um plano de saúde com cobertura para um titular e mais quatro dependentes, contribuíam com 2,03% e passam a contribuir com 2,35%, mais uma taxa fixa de R\$ 20,15.

Para este plano de alto risco cobrindo de trabalhadores ativos com um titular e mais quatro dependentes, a contribuição varia de um piso mínimo de R\$ 43,19 ao máximo de 463,86. Cada depende acima dos quatro deve contribuir com mais 0,235%. Como exemplo, um trabalhador cuja remuneração global seja R\$ 2.000,00 e contribuiria com R\$ 40,60 passa a contribuir com R\$ 47,00 (mais a taxa fixa de R\$ 20,15, totalizando R\$ 67,15).

Para os aposentados e pensionistas, a contribuição é de 5,47% da renda mensal (INSS mais Previminas), mas uma taxa fixa

de R\$ 40,30. A contribuição mínima varia de R\$ 43,19 ao máximo de R\$ 335,11, cobrindo o titular e mais quatro dependentes. A partir do quinto dependente, há um acréscimo de 0,547% por dependente legal.

Para os companheiros demitidos, a contribuição passa a ser de 5,47% da última remuneração mensal (mais taxa fixa de R\$ 40,60), com um pagamento mínimo de R\$ 43,19 e um máximo de R\$ 463,86. O acréscimo a partir do quinto dependente legal é de 0,547%.

Apesar do esclarecimento, os associados contestam a forma com que os reajustes foram deliberados, afirmando que faltou a convocação ampla de assembleia dos participantes do Copass Saúde, como sempre foi feito anteriormente.

Outra grande reclamação dos participantes do Copass Saúde é a política restritiva de credenciamento de rede conveniada. Participantes que moram no interior são obrigados a se deslocarem até Belo Horizonte para atendimentos que poderiam ser realizados próximos de suas ergiões. Esta é uma reclamação principalmente de trabalhadores no Sul de Minas, que estão sendo impossibilitados de atendimento em cidades próximas, no Estado de São Paulo.

Mobilização dos associados exige convocação de assembleia da AECO

Indignação!. Este pode ser o resumo do estado de espírito dos trabalhadores filiados à Associação dos Empregados da Copasa – AECO pelo descaso à reclamações e à completa falta de transparência nas decisões administrativas da entidade. Apesar de não fazer mais qualquer contribuição para a Associação, a Copasa age autoritariamente designando diretores da entidade, impedindo que sejam atendidas duas exigências imediatas dos associados, a discussão e aprovação de novo Estatuto e a convocação de eleição direta para todos os cargos diretivos.

Enquanto os associados impedidos de administrar sua própria associação, a AECO piora o atendimento, elimina saldo de fundos destinados a promoções de eventos, distorce finalidade na administração de verbas e mantém estrutura de lazer viciada, conduzida como negócio próprio, desprezando o direito dos sócios e seus familiares.

Os trabalhadores cansaram de esperar em ser atendidos e decidiram construir um “abaixo assinado” com os milhares de assinaturas necessários para seus direitos serem escutados e respeitados pela direção da Associação dos Empregados da Copasa

–AECO.

O texto do abaixo assinado diz o seguinte: “Nós abaixo-assinados, filiados à Associação dos Empregados da Copasa – AECO, quites com as contribuições e com todas as obrigações Estatutárias, vimos à Presidência da Associação, nos termos de Estatuto Social, solicitar a convocar Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de criação de comissão para revisão e reforma do Estatuto, com alterações no Estatuto, visando ainda, a convocação de eleições gerais para os diversos cargos, vencidas e não realizadas”.

Na principal reclamação dos associados, a direção da AECO está com mandato vencido, sendo necessária eleição urgente, alertando também que todos os cargos de diretoria devem ser preenchidos através do voto direto. Não concordam com a indicação de diretores da AECO pela Copasa, uma vez que a empresa não contribui mais para a Associação.

Este documento está transitando em todo o Estado e é importante que todos companheiros associados á AECO se unam nesta luta, para assegurar que nossa Associação cumpra os objetivos pelos quais foi criada e usufruto de todos os participantes

EDITORIAL

Transparência e participação

Jose Maria dos Santos



O Copass e a AECO, dois instrumentos de grande importância para a categoria e que foram construídos pelos trabalhadores, despencaram em grave crise depois que toda a Copasa foi contaminada pelo germe do autoritarismo, pelo desprezo hierárquico e desrespeito aos benefícios e direitos conquistados ao longo de longos anos.

A doença, felizmente foi erradicada, mas as sequelas deixadas precisam ainda muito cuidado para recuperar a vitalidade e tenacidade da empresa, recuperando a consciência de são todas as partes que compõem o todo e de que prejuízos localizados insurgem contra o equilíbrio da empresa.

Coincidentemente, nas duas instâncias, tanto no Copass quanto na AECO, foram manietadas as propostas que conduziam as duas entidades, produzindo um período de longa penúria para que se sustentassem.

Mais uma vez, foram os trabalhadores que, convocados, surgiram com sua postura salvadora, aumentando contribuição, manifestando confiança na recuperação e dando o crédito necessário aos que se apresentaram com as soluções.

Também não podemos nos calar diante dos graves problemas da Previminas que nos levaram a saldar um plano, abdicando de direitos integrais do plano BD, ocasionados por gestões anteriores, indicadas pela Copasa, que provocaram irregularidades, resultando num deficit não mais suportado pelos participantes. A entidade busca uma transparência e democracia na gestão da Previminas, com eleição de um diretor dos participantes, a exemplo da Cemig/Forluz e também uma representação de participantes proporcional ao patrimônio constituído e número de filiados. Reivindicamos diretamente ao Governo do Estado, através do presidente do Conselho de Administração da Copasa.

Os participantes do plano reclamam não apenas do reajuste, mas de não serem chamados para discuti-lo, atitude que garantiria a transparência e que resgataria o respeito pelos associados que construíram o programa de saúde.

Tudo isto foi resultado da infelicidade de termos passado por administração forasteira na empresa, expediente que esperamos não vivenciar mais no novo governo. Depois de tempos terríveis no CTI, esperamos que a Copasa possa ter alta definitivamente e reviver seus melhores tempos e reconhecimento pelos serviços de saneamento.

Copasa tenta prejudicar a categoria e não quer garantir auxílio-doença

A diretoria plena do SINDÁGUA deliberou a convocação dos trabalhadores para assembleias em todo o Estado para discutir as medidas a serem adotadas contra a Copasa pelo não-cumprimento de cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, em que a empresa garantia inicialmente manter o direito ao auxílio-doença mesmo após a migração aos novos planos propostos para a Previminas.

As **assembleias** para que a categoria discuta e delibere sobre o assunto acontecerão nos **dias 25 e 26, no interior, e dia 29 em Belo Horizonte**. Os trabalhadores não admitem

terem pago por este direito durante toda a sua vida laboral e serem penalizados pela falta de compromisso da empresa com sua própria palavra empenhada no acordo coletivo, situação que havia, inclusive, tranquilizado os trabalhadores para fazerem sua opção ao novo plano previdenciário proposto. Esta proposta de manutenção do direito foi apresentada pelo presidente do Conselho de Administração da Copasa, Antônio Fleury, e endossada pelo presidente da empresa, Ricardo Simões.

A proposta de acordo coletivo extraordinário enviada pela Copasa ao Sindicato, no

entanto, deixa os novos companheiros que venham a ficar afastados sem a cobertura deste direito. A categoria está sendo chamada para tomar uma posição sobre este documento e para definir as providências que devem ser tomadas para garantir este nosso sagrado direito de preservação da saúde. Enquanto isto, a Copasa deve se sentir responsabilizada por qualquer transtorno mais grave que possa sofrer algum companheiro eventualmente desassistido.

Taxa de administração da Previminas continua assustando os trabalhadores

A direção do SINDÁGUA e integrantes do Grupo "Complementação" se reuniram na última terça-feira, 17, com o presidente do Conselho de Administração da Copasa, João Antônio Fleury Teixeira, quando foram apresentadas as dificuldades impostas pela empresa para honrar a palavra empenhada e consignada em cláusula do próprio acordo coletivo para que fosse resguardado aos trabalhadores afastados por doença o direito ao auxílio-doença no modelo do plano de Benefício Definido da Previminas.

Antônio Fleury confirmou o compromisso assumido com este direito ao auxílio-doença, posição entendida como facilitadora da migração dos participantes da Previminas para os novos planos propostos. Mostrou-se surpreso com a posição da Copasa em não ter assinado ainda o Acordo Coletivo Extraordinário, estendendo o mesmo direito aos trabalhadores que migraram para o "Plano de Contribuição Definida - CD", honrando o entendimento realizado com as entidades sindicais (SINDÁGUA - Senge - Saemg e o Grupo Complementação) durante as negociações do acordo coletivo deste ano. Fleury afirmou que procurará o presidente da empresa, Ricardo Simões, para que a empresa refaça sua posição, considerado pelo próprio presidente do Conselho como "fácil de ser assumido".



Taxa de administração da Previminas

Outro ponto tratado com o presidente do Conselho, foi a mudança intempestiva adotada pela Previminas, de mudar o modelo para aplicação da "taxa de administração" dos

planos previdenciários da Copasa.

Através da ação sindical e cobranças sistemáticas, conseguimos a redução progressiva da taxa de administração de escandalosos 15% para 10,5%. Durante este processo foi criada ainda a expectativa de redução imediata para 9%, com perspectiva de cair a um percentual mais decente, em torno de 5 a 7%. A Previminas, no entanto, em decisão de seu Conselho Deliberativo aprovou a aplicação de uma taxa anual de 0,92% de seu patrimônio, considerada ainda muito alta e que penaliza a reserva formada por todos os participantes.

Antônio Fleury também se mostrou surpreso com a mudança posta em prática na Previminas e afirmou que procurará a direção da Fundação e posicionamento do governo para encaminhar o pleito do sindicato.

Dirigentes do SINDÁGUA consideraram ao presidente do Conselho que a medida causa profundo mal estar nos participantes, que foram forçados a migrar de plano e que são mantidos longe de uma discussão em que todos têm imediato interesse, pois regulamenta-se sem uma participação maior sobre contribuição de cada um para pagar a administração de nosso patrimônio. Consideramos uma exacerbação de poder decidir sobre nosso patrimônio sem abrir uma discussão ampla com todos os participantes.

Sucateamento da empresa preocupa

Os trabalhadores na Copasa e a sociedade mineira atendida pela Copasa têm mais uma luta importante e vital pela frente. A recuperação dos níveis de eficiência e de qualidade com que os serviços da empresa sempre foram reconhecidos, situando a Copasa como uma das melhores empresas de saneamento do mundo.

A empresa passou a sofrer nos últimos anos um processo que leva-a para o sucateamento de sua estrutura, bastando uma simples visita a qualquer localidade, sobretudo no interior, para perceber o estado

de abandono e desleixo criminoso contra o patrimônio público.

Os serviços continuam sendo realizados debaixo de um esforço descomunal dos trabalhadores, que se desdobram em horas extras, muitas vezes deslocados para atender localidades em situação mais caótica, faltando condições de trabalho, ferramentas adequadas, agindo sobre forte pressão de chefias.

Apesar da situação deteriorada, a empresa não implementa a contratação de novos trabalhadores, apesar de ter realizado

concurso e tendo já os classificados em disponibilidade para preencher os quadros esvaziados, sobretudo no interior.

Não ao serviço de terceira

Condenada pela Justiça pela terceirização irregular, a Copasa pode lançar mão dos profissionais credenciados pelo concurso público e evitar críticas ouvida até mesmo do Poder Judiciário, indagando se a precariedade e baixa de qualidade no atendimento seriam por causa da entrega de atividades fins da empresa a prestadores de serviços terceirizados.

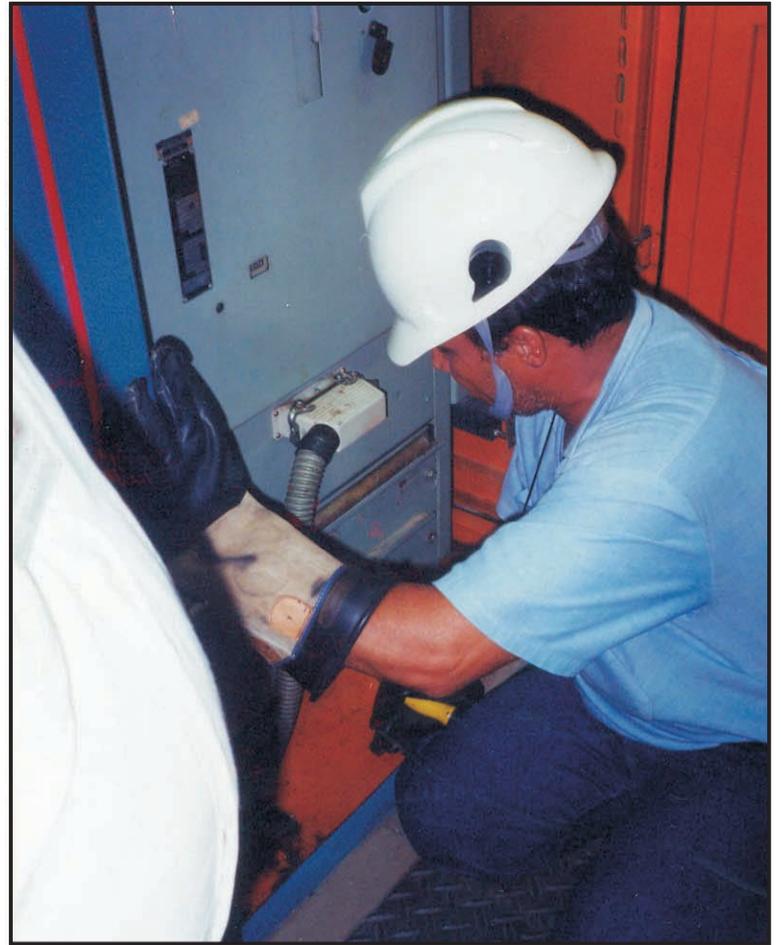
Insalubridade e periculosidade

Copasa burla direito a adicionais

O Sindicato mantém uma longa luta com a Copasa, insistindo para que a empresa respeite o direitos dos trabalhadores que trabalham com agentes nocivos e com perigosas para receberem os adicionais de insalubridade e periculosidade.

A Copasa teima em não fazer o pagamento destes direitos aos novos trabalhadores, mantendo o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade apenas para os companheiros antigos, que recebiam o direito.

O Sindicato já fez contestação do relatório pericial elaborado por técnico contratado pela empresa e insiste para que a empresa regularize o pagamento, sem, no entanto, sermos, ouvidos. Infelizmente, depois de tantas derrotas sofridas na justiça pela Copasa, o Sindicato se vê obrigado a ingressar com representação na Superintendência Regional do Trabalho (antiga DRT-MG), denunciando a irregularidade e solicitar a fiscalização.



Trabalhadores da Cemig fazem greve pelo Acordo

Os trabalhadores na Cemig estão em greve desde 5 de novembro, exigindo que a direção da empresa reveja sua posição inflexível e negocie a pauta de reivindicações da categoria para estabelecer o novo Acordo Coletivo de Trabalho.

A mobilização dos eletricitários acontece em todo o Estado, em concentrações nas portarias da empresa. O coordenador geral do Sindieletro, Jairo Nogueira Filho, garante que os trabalhadores não vão aceitar pressões da Cemig, porque a greve é um instrumento de luta legal e legítimo, alertando ainda que a empresa não pode e não deve coibi-los.

Os eletricitários estão insatisfeitos e os salários defasados. A greve objetiva exigir valorização dos trabalhadores, com igualdade nos benefícios, oportunidade



de crescimento profissional, além de uma política de saúde e segurança e fim da terceirização, visando o fim dos acidentes e os altos índices de afastamento por doença do trabalho.

Os eletricitários aguardam julgamento de dissídio movido pela Cemig. Confira no site www.sindieletromg.org.br

Principais reivindicações dos eletricitários

- ◆ 6,9% de aumento real de salário;
- ◆ Fim das terceirizações;
- ◆ Pagamento da PLR linear (valores iguais) para todos os trabalhadores;
- ◆ Abertura de concurso público;
- ◆ Pagamento do adicional de periculosidade calculado sobre o salário bruto (remuneração).

PODEROSOS CHEFINHOS ASSÉDIO MORAL COME SOLTO NA COPASA

Trabalhadores de inúmeras localidades dentro da Copasa estão sendo literalmente perseguidos por «chefinhos», que extrapolam de suas funções e exercem um «mandonismo» como estivessem em seus currais.

Vários companheiros estão recebendo «advertências», deslocados de áreas e alguns são levados inclusive a pedir demissão para se livrarem das perseguições.

O SINDÁGUA vem recebendo denúncias sobre estes «poderosos chefinhos» e tomará as medidas cabíveis. Inicialmente procuraremos os seus «superiores» na hierarquia administrativa da Copasa e entraremos com ações por danos morais, para restabelecer o respeito humano e profissional dentro da empresa.

Não é possível que, depois de nos livrarmos de um algoz, que dilacerou a empresa, inclusive quem exerce cargos de chefia, possamos tolerar destemperados que exercem seu mandonismo como se fossem donos de «copasinhas» em cada localidade que se acham inatingíveis por ter se submetido ao processo seletivo, inclusive alguns respondem processos movidos por trabalhadores.

Além de tomarmos as providências necessárias, vamos publicar os nomes dos «poderosos chefinhos», atendendo a postura de exigirmos respeito e solidariedade com os companheiros.

SINDÁGUA Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

Presidente: José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - **Diagramação:** Luiz Carlos Nicolau - **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Gráfica do Gaúcho

Rua Congonhas, 518 - Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - Tel: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224 CEP: 30330-100
www.sindagua.com.br e-mail: sindagua@sindagua.com.br - Jornal SINDÁGUA comunicacao@sindagua.com.br